

AMBIENTE

Projetos ambientais receberão mogno apreendido

Dida Sampaio/AE-19/2/2002

Procuradoria do Pará pediu que Justiça determine doação, sob coordenação do Ibama

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – A Procuradoria da República no Pará pediu à Justiça Federal de Santarém que 5.682 toras de mogno – cerca de 15 mil metros cúbicos – apreendidas por fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em operações realizadas nos últimos 18 meses em Altamira e Uruará, no sudoeste do Estado, sejam beneficiadas e doadas.

A madeira irá para projetos socioambientais em prol de comunidades indígenas, projetos de inclusão social de comunidades não indígenas das regiões da Transamazônica e do Xingu e também para órgãos públicos que lá atuam.

Todo esse mogno, avaliado em mais de R\$ 25 milhões, foi retirado de reservas indígenas e florestas nacionais localizadas entre os rios Iriri, Curuá e Xingu. O Ibama é quem ficará responsável pela doação do mogno. O órgão informará à Justiça a quem a doação será feita, qual será a data entrega e a quantidade de madeira enviada.

Uma audiência pública a ser realizada em Altamira de-



Mogno retirado ilegalmente de reservas indígenas, na região de Altamira, sudoeste do Pará

finirá as entidades e movimentos sociais que irão receber a madeira. O mogno será entregue já serrado, não em

forma de toras como foi apreendido. Duas empresas com certificação florestal no Estado ficarão encarregadas do beneficiamento da madeira.

Quatro empresários envolvidos com a retirada ilegal do mogno da floresta amazônica foram denunciados à Justiça Federal

e serão processados por furto de madeira e crime ambiental, entre estes os madeireiros Clainor Scalabrini, Rivaldo Martins Honostório e Adnaldo Cabral Cunha.

Urgência – Os procuradores federais Felício Pontes Júnior e Ubiratan Cazetta, autores da denúncia contra os madeireiros, justificam que a doação do mogno às comunidades deve ser feita imediatamente, “porque a madeira está se deteriorando pela ação do tempo e da água, além da possibilidade de desaparecimento” por outros motivos, segundo

Pontes Júnior.

Os grupos que atuam na comercialização ilegal de mogno preferiam justamente a região entre as cidades de Uruará, Altamira, São Félix do Xingu, Redenção e Tucumã, conforme levantamento do serviço de inteligência da PF, realizado antes da apreensão da madeira.

A quase totalidade das 5.682 toras se encontra hoje sob guarda do fiel depositário Wandeir dos Reis Costa, gerente da Indústria Comércio Exportação e Navegação do Xingu Ltda (Incenxil), uma das empresas do Grupo C. R Almeida.

M MADEIRA
ESTÁ
AVALIADA EM
R\$ 25 MILHÕES